

5.7. Não será concedida a redução de taxa do valor da inscrição do candidato que:

- deixar de efetuar o pedido de redução de taxa pela Internet;
- omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- fraudar e/ou falsificar documento;
- pleitear a redução, sem apresentar os documentos previstos nos itens 5.1 e 5.2.

5.8. Declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei.

5.9. O candidato que não comprovar as condições constantes nos itens 5.1 e 5.2, CUMULATIVAMENTE, não terá o pedido de redução de taxa da inscrição deferido e a inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no edital de abertura de inscrição serão indeferidas e publicadas no DOE, juntamente com as definições, na mesma data de divulgação da composição da Banca examinadora.

6.2. O candidato poderá apresentar reconsideração ao Diretor da Unidade no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do indeferimento, no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>, que será analisado pela Congregação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao prazo final de recurso, devendo o resultado da análise ser publicado no DOE.

7 - DA BANCA EXAMINADORA

7.1. A banca examinadora será composta de três professores indicados pela Congregação, devendo um deles ser da Unidade e dois de fora do Câmpus.

7.2. Serão designados pela Congregação, dois suplentes para substituir os membros da banca examinadora, sendo um deles da Unidade e um de fora do Câmpus.

7.3. A composição da Banca Examinadora será divulgada aos(as) candidatos(as) por meio do endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>, e publicado no DOE, na mesma data da publicação do deferimento/indeferimento das inscrições.

7.4. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Banca Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada ao Diretor da Unidade impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.5. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- qualquer candidato;
- membro da Congregação.

7.6. A impugnação será julgada pela Congregação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, devendo ser fundamentada, a ser disponibilizada ao interessado, mediante requerimento.

7.7. Será considerada definitiva a Banca Examinadora:

- quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação;
- se a impugnação apresentada não for acolhida;
- se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falta.

7.8. A apresentação de requerimento para impugnação da Banca Examinadora deverá ser realizada através do sistema de inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br> dentro do prazo previsto no item 7.4.

8. PROVAS

8.1. A convocação para as provas será feita por meio de publicação no DOE, com, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis de antecedência à data de realização da prova.

8.1.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento por meio de edital a ser publicado no DOE, da data, horário e local para a realização das provas.

8.2. No dia da realização das provas, o candidato deverá:

- apresentar original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, Passaporte, Carteira de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Serão também aceitos digitalmente apenas a Carteira Nacional de Habilitação e Título de Eleitor, desde que o candidato apresente o documento DIRETAMENTE no aplicativo (prints e fotos dos documentos não serão aceitos);
- utilizar máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca, para uso pessoal e que permita com clareza sua identificação, assim como atender as regras e orientações relativas ao distanciamento e à prevenção do contágio do COVID-19;
- 8.2.1. No dia da realização da prova escrita, além do que consta no item 8.2., o candidato deverá apresentar cópia simples do Currículo Lattes, com os documentos comprobatórios impressos. A não apresentação eliminará o candidato do certame;
- 8.2.2. O candidato que não apresentar os documentos, conforme os itens 8.2 e seus subitens, não fará a prova, sendo considerado ausente e eliminado do Concurso.
- 8.2.3. Considerando as recomendações e medidas dos novos Coronavírus (COVID-19), serão observados os cuidados de distanciamento social e higienização relativa à prevenção do contágio do COVID-19, devendo o candidato:
 - se estiver com sintomas de COVID-19 ou se teve contato com alguém doente ou com suspeita de COVID-19, não comparecer ao local de provas;
 - comparecer e permanecer no local de provas fazendo uso de máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca. Não será permitida a entrada, nem a permanência, no local de provas, de candidato que estiver sem a máscara (Decreto Estadual no 64.959, de 4 de maio de 2020);
 - b.1) poderá ser dispensado de utilizar a máscara o candidato com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiência sensorial ou com quaisquer outras deficiências que o impeça de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, desde que apresente declaração médica específica, no dia da realização da respectiva prova;
 - dirigirse imediatamente à sua respectiva sala de prova. Será proibida a permanência de candidatos e de outras pessoas no saguão, área externa ou corredores do local de provas;
 - o candidato será responsável pelo acondicionamento e/ou descarte de seu material de proteção pessoal utilizado (máscaras, luvas etc), seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Não será permitida o descarte desse material no local de provas;
 - 8.2.4. Recomendase, ainda, que o candidato:
 - leve máscaras adicionais, de acordo com o período de duração de sua prova, considerando as recomendações dos órgãos de saúde;
 - leve álcool em gel a 70% para uso pessoal;
 - leve garrafa ou utensílio para acondicionamento de água (à vista de que os bebedouros somente poderão ser acionados para enchimento durante) garrafa/utensílio).
 - 8.2.5. Se houver discussão em relação à fisionomia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, mantido o distanciamento recomendado, e sua imediata recoloração após a identificação, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara e/ou máscara reserva.
 - 8.2.6. Durante a realização da prova, também poderá ser exigida a retirada da máscara, conforme o procedimento descrito no item 8.2.5.
 - 8.2.7. O concurso público para provimento de cargo de Professor Assistente construído de 02 (dois) fases, sendo que o número de candidatos por vaga aprovados para a segunda fase será de, no máximo, 06 (seis), quando o número de candidatos

inscritos por vaga for superior a 12 (doze), sendo ser respeitada a rigorosa ordem de classificação.

8.3.1. Primeira fase: prova escrita de caráter eliminatório e classificatório.

8.3.2. Segunda fase: prova de títulos; prova didática; prova de análise e arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação, do plano de ações de extensão universitária e, se for o caso, prova prática, todas de caráter classificatório.

8.4. Os candidatos empattados na última colocação da primeira fase estarão habilitados a realizar as provas da segunda fase.

8.5. Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas, que terão os seguintes pesos:

- prova escrita (peso 1);
- prova de títulos (peso 2);
- prova didática (peso 2);
- prova de análise e arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária (peso 1).

8.6. A realização das provas do concurso obedecerá à ordem de inscrição dos candidatos.

8.7. A prova didática, a prova de análise e de arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária e, quando houver, a prova prática, serão públicas e gravadas, sendo que o candidato inscrito concordou tacitamente e autoriza essas gravações.

8.8. Em até 2 (dois) dias úteis após o término de cada fase do concurso o candidato poderá interpor recurso ao chefe de departamento por ele responsável, para qualquer uma de suas provas, no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>. O recurso deverá estar devidamente fundamentado e será analisado pela Congregação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao seu prazo final.

8.9. No caso de concursos realizados em duas fases não sequenciais, a lista final dos candidatos classificados para a segunda fase será divulgada no sistema de inscrição após o exame de todos os recursos.

8.9.1. Deferido o recurso pela banca examinadora, fica confirmada a participação do candidato na segunda fase. Caso contrário, o candidato será eliminado do concurso.

8.10. Se o número de candidatos inscritos for menor ou igual a 12 (doze), todos os candidatos presentes realizarão as duas fases do concurso, em sequência, de acordo com o cronograma estabelecido pela banca examinadora, sendo todas as notas divulgadas apenas ao final do concurso.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1. Prova Escrita

- Após o sorteio de um dos pontos publicados no edital, o candidato terá 60 minutos para consultar a bibliografia pertinente ao tema sorteado e, em seguida, mais 180 minutos para discorrer sobre o mesmo. As provas serão corrigidas por todos os membros da banca examinadora, totalizando três notas, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essas notas utilizadas no cálculo da média final de cada candidato.
- A avaliação da prova escrita obedecerá aos seguintes critérios e as respectivas pontuações:

Apresentação - no máximo 1 ponto:

 - Introdução: 0,25
 - Desenvolvimento: 0,50
 - Conclusão: 0,25

Conteúdo - no máximo 7 pontos:

 - Desenvolvimento do tema: 4,0
 - Organização: 1,0
 - Coerência: 1,0
 - Clareza de ideias: 1,0

Linguagem - no máximo 2 pontos:

 - Uso adequado da terminologia técnica: 0,5
 - Propriedade: 0,5;
 - Clareza: 0,5
 - Precisão e correção gramatical: 0,5

c) Nota mínima para aprovação na prova escrita: 7,0.

9.2. Prova de Títulos

- Será realizada mediante a análise do Currículo Lattes, devidamente documentado, seguindo os critérios abaixo descritos:
 - Títulos Acadêmicos (pontuação máxima: 2,0 pontos);
 - doutorado nas áreas do curso: 2,0 pontos;
 - doutorado em áreas afins: 1,5 pontos;
 - mestrado nas áreas do curso: 1,0 ponto;
 - mestrado em áreas afins: 0,75 pontos;
 - Produção Científica, Artística, Técnica, Cultural e Atividades de Extensão (pontuação máxima: 5,0 pontos):
 - artigo publicado em periódico na área correlata do Concurso (ICR igual ou maior que 2.000): até 1,0 ponto por publicação, a critério da banca, limitado a 4,0 pontos;
 - artigo publicado em periódico na área correlata do Concurso (ICR 1.500 a 1.999): até 0,75 ponto por publicação, a critério da banca, limitado a 3,0 pontos;
 - artigo publicado em periódico na área correlata do Concurso (ICR 1.000 a 1.499): até 0,50 ponto por publicação, a critério da banca, limitado a 2,5 pontos;
 - artigo publicado em periódico na área correlata do Concurso (ICR 0.500 a 0.999): até 0,4 ponto por publicação, a critério da banca, limitado a 2,0 pontos;
 - artigo publicado em periódico na área correlata do Concurso (ICR até 0.499): 0,2 ponto por publicação, limitado a 1,0 ponto;
 - artigo publicado em periódico na área correlata do Concurso sem ICR: 0,1 ponto por publicação, limitado a 0,5 ponto;
 - artigo completo em conferência internacional relacionado à área do concurso: 0,2 ponto por publicação, limitado a 1,0 ponto;
 - artigo completo em conferência internacional em áreas afins: 0,1 ponto por publicação, limitado a 0,5 ponto;
 - artigo completo em conferência nacional relacionado à área do concurso: 0,1 ponto por publicação, limitado a 0,8 ponto;
 - artigo completo em conferência nacional relacionado em áreas afins: 0,05 ponto por publicação, limitado a 0,4 ponto;
 - livro internacional relacionado à área do concurso por editora com corpo editorial: 1,0 ponto por publicação, limitado a 2,0 pontos;
 - livro internacional em áreas afins por editora com corpo editorial: 0,5 ponto por publicação, limitado a 1,0 ponto;
 - livro nacional em áreas afins por editora com corpo editorial: 0,3 ponto por publicação, limitado a 0,6 ponto;
 - capítulo de livro internacional relacionado à área do concurso por editora com corpo editorial: 0,5 ponto por publicação, limitado a 1,0 ponto;
 - capítulo de livro nacional relacionado à área do concurso por editora com corpo editorial: 0,3 ponto por publicação, limitado a 0,6 ponto;
 - capítulo de livro nacional em áreas afins por editora com corpo editorial: 0,2 ponto por publicação, limitado a 0,4 ponto;
 - outras publicações a critério da banca: 0,1 ponto por publicação, limitado a 0,4 ponto;

XX) patentes ou propriedades intelectuais na área do concurso: 0,5 ponto por patente ou propriedade intelectual, limitado a 1,0 ponto;

Atividade Didática (pontuação máxima: 2,0 pontos):

- Insino de Graduação, disciplina relacionada à área do concurso: 0,5 ponto por disciplina por semestre, limitado a 1,5 pontos;
- Insino de Pós-graduação, disciplina relacionada à área do concurso: 0,5 ponto por disciplina, limitado a 1,0 ponto;
- Insino de Graduação ou Pós-graduação, disciplina em áreas afins: 0,1 ponto por disciplina, limitado a 0,5 ponto;
- orientação de mestrado concluída, concluída: 0,2 ponto por orientação, limitado a 0,6 ponto;
- orientação de iniciação científica com bolsa, em andamento: 0,1 ponto por orientação, limitado a 0,3 ponto;
- orientação de trabalho de graduação concluído: 0,1 ponto por orientação, limitado a 0,4 ponto;
- orientação de trabalho de graduação em andamento: 0,05 ponto por orientação, limitado a 0,2 ponto;
- orientação de mestrado concluído: 0,5 ponto por orientação, limitado a 1,0 ponto;
- orientação de mestrado em andamento: 0,3 ponto por orientação, limitado a 0,6 ponto;
- orientação de doutorado concluído: 1,0 ponto por orientação, limitado a 2,0 pontos;
- orientação de doutorado em andamento: 0,5 ponto por orientação, limitado a 1,0 pontos;
- supervisão de pós-doutorado concluída: 0,5 ponto por supervisão, limitado a 0,5 pontos;
- supervisão de pós-doutorado em andamento: 0,25 ponto por supervisão, limitado a 0,25 ponto;
- CVs ministrados: 0,2 ponto por curso, limitado a 0,6 ponto;
- palestras ministradas: 0,1 ponto por palestra, limitado a 0,3 ponto.

- Outras atividades (pontuação máxima: 1,0 ponto):

- conselhos e pareceres oficiais de sociedades técnicas, perícias ou agências de fomento: 0,1 ponto por atividade, limitado a 0,3 ponto;
- experiência profissional relacionada à área do concurso: 0,2 ponto por ano, limitado a 0,6 ponto;
- participação em banca de mestrado, doutorado, qualificação de mestrado/doutorado ou concurso público: 0,1 ponto por participação, limitado a 0,4 ponto;
- coordenação de projetos financiados por agências de fomento: 0,4 ponto por coordenação, limitado a 0,6 ponto;
- supervisor de comissão de seleção de fomento: até 0,5 ponto a critério da banca, limitado a 0,5 ponto;
- organização de eventos científicos: 0,1 ponto por organização, limitado a 0,3 ponto;
- prêmios e títulos: 0,1 ponto por prêmio ou título, limitado a 0,3 ponto.

9.3. Prova Didática

- Constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos e, no máximo, 60 (sessenta) minutos, sendo cumpridos os limites de tempo (40 a 60 minutos), será atribuída nota 0 (zero) ao candidato. Para a realização dessa prova, o candidato deverá definir, no ato da inscrição, dois dos pontos publicados no edital. A prova didática será realizada sobre ponto diferente daquele sorteado na prova escrita. O candidato cujo pontos não foram sorteados na prova escrita, na data da mesma deverá indicar o ponto a ser apresentado na prova didática. A apresentação obedecerá à sequência da ordem de inscrição dos candidatos.
- Obedecerá aos seguintes critérios, bem como as respectivas pontuações e será avaliada por todos os membros da banca examinadora, totalizando três notas, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essas notas utilizadas no cálculo da média final de cada candidato:
 - Plano de aula: 1,0
 - Adequação ao tema e abordagem do assunto, nível de graduação: 1,0
 - Conteúdo teórico e conceitual do assunto: 2,0
 - Exatidão e atualidade das informações: 1,0
 - Desenvolvimento sequencial do tema em ordem lógica: 1,0
 - Clareza e objetividade: uso de frases curtas, em ordem direta e sem digressões: 1,0
 - Adequação da linguagem e correção gramatical: 1,0
 - Capacidade de síntese e abrangência: 1,0
 - Utilização adequada dos recursos didáticos disponíveis: 1,0

9.4. Prova de Análise e Arguição do Projeto de Pesquisa, do Plano de Atividades para a Graduação e para a Pós-graduação e do Plano de Ações de Extensão Universitária.

- Projeto de pesquisa, com duração de 24 meses, o plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação, referente a 01 ano letivo, e o plano de ações de extensão universitária, referente a 01 ano letivo, apresentados no ato da inscrição, terão pontuação máxima de 10 pontos e serão avaliados, individualmente, pelos membros da banca examinadora, com base nos critérios apresentados nos itens "b", "c" e "d" abaixo, com suas respectivas pontuações.
 - Projeto de Pesquisa (pontuação máxima 10 pontos)
 - Relevância do tema para a área em que o projeto proposto está inserido: 2,0
 - Clareza, pertinência, originalidade e fundamentação dos objetivos: 2,0
 - Fundamentação teórica e coerência dos métodos empregados com os objetivos propostos: 2,0
 - Adequação do projeto ao(s) grupo(s) e à(s) linha(s) de pesquisa do Departamento/Coordenadoria de Cursos: 2,0
 - Cronograma físico-financeiro: 1,0
 - Exequibilidade: 1,0
 - Plano de atividade para a graduação e para a pós-graduação (pontuação máxima 10 pontos)
 - Coerência em relação ao(s) projeto(s) político-pedagógico(s) de graduação e com o(s) proposta(s) de programa(s) de pós-graduação: 3,0
 - Articulação entre ensino e orientação de graduação e de pós-graduação: 3,0
 - Proposta de emprego de metodologias ativas de ensino: 2,0
 - Demonstração de exequibilidade do plano: 2,0
 - Plano de ações de extensão universitária (pontuação máxima 10 pontos)
 - Coerência entre objetivo, fundamentação teórica e metodologia: 2,5
 - Adequação e relevância das ações de extensão universitária, em relação ao público alvo: 2,5
 - Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: 2,0
 - Nível de exequibilidade: 2,0
 - Nível de viabilidade: 1,0
 - A arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária terá a pontuação máxima de 10 e obedecerá à sequência da ordem de inscrição dos candidatos. O tempo de arguição de cada membro da banca examinadora será de, no máximo, 30 minutos, sendo 15 minutos para perguntas e 15 minutos para respostas. A prova de análise e de arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária receberá nota individual dos três membros da banca examinadora, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essa nota utilizada no cálculo da média final de cada candidato.
 - A nota final dessa prova corresponderá à média das notas atribuídas nas etapas de análise e de arguição do projeto

de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária.

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 7,0 (sete) atribuídos por, pelo menos, 2 (dois) membros da Banca Examinadora.

10.2. Cada Examinador indicará os candidatos segundo as notas atribuídas.

10.3. A ordem de classificação dos candidatos será estabelecida em razão do maior número de indicações por parte dos membros da Banca Examinadora.

10.4. No final do concurso público, o presidente da banca examinadora fará a leitura pública do relatório final, divulgando as médias de todas as provas dadas pelos membros da banca examinadora e o resultado final será disponibilizado no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br> e publicado no Diário Oficial do Estado.

10.5. Em caso de empate nas indicações, a classificação será feita pela média geral dos candidatos empattados.

10.6. Em caso de empate, a banca examinadora utilizará, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- maior média na prova de títulos;
- maior média na prova didática;
- maior nota na prova escrita;
- mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. NOMEAÇÃO E POSSE

11.1. Por ocasião da nomeação, o candidato deverá apresentar os documentos originais constantes nos subitens 4.1.1 a 4.1.3.

11.1.1. Em caso de títulos obtidos fora da Unesp, que exijam equivalência, o candidato deverá apresentar a sua comprovação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da nomeação.

11.1.2. Sendo apresentado protocolo, o candidato deverá apresentar o título reconhecido como equivalente em até 9 (nove) meses, prorrogáveis por mais 3 (três) meses, desde que comprovadamente justificados.

11.2. Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

11.3. Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral, a ser obtido no site da justiça eleitoral;

11.4. Comprovante de estar com o CPF regularizado, a ser obtido no site da receita federal;

11.5. Não registrar antecedentes criminais;

11.6. A inexistência e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

11.7. O candidato convocado deverá apresentar ao Departamento de Seleção, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, um Projeto de lotação relativo ao regime de trabalho referente ao concurso no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RIDIP), contados a partir do atendimento da convocação para nomeação.

11.8. Caberá ao Departamento a elaboração do Plano Global das Atividades a serem desenvolvidas pelo docente, Após a aprovação do Plano pelos órgãos competentes da UNESP, os atos de nomeação e de aplicação do regime especial de trabalho serão publicados concomitantemente.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Quando os prazos previstos para inscrição e/ou recurso terminarem em 05 (cinco) domingo, feriado ou dia em que não houver expediente ou que o expediente for encerrado antes do horário normal, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

12.2. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido e/ou não atender ao disposto no item 8.2. e seus subitens

12.3. O resultado final do concurso será publicado no DOE e disponibilizado no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>.

12.4. Caberá recurso à Congregação, sob os aspectos legal e formal do concurso, no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br> no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da divulgação do resultado final do concurso público no DOE.

12.5. A Congregação terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder ao recurso impetrado, a contar do término do prazo de recurso, Poderá o Diretor da Unidade Universitária responder ao recurso protocolado "ad referendum" à Congregação, cujo resultado deverá ser disponibilizado no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>.

12.6. O candidato nomeado deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Administração.

12.7. A permanência do candidato nomeado ficará condicionada ao reconhecimento da equivalência do título pela UNESP, quando o mesmo tenha sido obtido em curso não credenciado.

12.8. Implicará na exoneração do servidor:

- a não apresentação do Projeto de Pesquisa em consonância com o Plano Global de Atividades no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, devidamente protocolado, conforme item 11,7;
- em caso de não haver parecer favorável da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) à aplicação do regime especial de trabalho docente ao interessado;
- o não reconhecimento da equivalência do título pela UNESP;
- a não apresentação da cédula de identidade com visto permanente, no caso de candidato estrangeiro.

12.9. O prazo de validade do concurso público será de 06 (seis) meses, contado a partir da data da homologação no DOE, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

12.10. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior, menor ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

12.11. A devolução da importância paga somente ocorrerá se o concurso público não se realizar.

12.12. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no DOE, referentes ao presente concurso.

12.13. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela Banca Examinadora e/ou pela Administração da Unidade Universitária.

12.14. O Currículo Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

12.15. A inscrição implicará no conhecimento deste edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas, bem como das normas vigentes que regem a aplicação de regimes especiais de trabalho docente na UNESP (RIDIP/RC - Resolução Unesp nº 951/99) e suas alterações, regulamentada pela Portaria Unesp 06/2000 e suas alterações - disponíveis no endereço eletrônico: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>.

12.16. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

12.17. O candidato que prestar declaração falsa, inexistente ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que isso seja constatado posteriormente.

12.18. As nomeações estarão condicionadas à existência de dotação orçamentária específica e à observância das demais

